



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Processo nº: 61/2023

Modalidade: Tomada de Preços nº 08/2023

Edital nº: 08/2023

Tipo: Técnica e Preço

Regime de execução: Empreitada a preço global

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados de Planejamento, Organização e Aplicação de Concurso Público, Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos da Administração Direta do Município de Monte Carmelo, com inscrição via internet, compreendendo elaboração, aplicação, fiscalização, correção, análise de recursos e divulgação do resultado das provas, bem como realização de todas as etapas do certame, inclusive a implantação de mecanismos de segurança, de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, parte integrante e inseparável deste edital.

De acordo com as disposições iniciais do Edital, o pedido de esclarecimento a respeito de condições e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuado pelas empresas interessadas em participar do certame, preferencialmente até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes.

No presente caso, trata-se de pedido de esclarecimento apresentado por Objetiva Concursos, quantos aos aspectos a seguir delineados.

1) Relativamente à publicação oficial a ser realizada junto à imprensa, conforme determina a Súmula 116, do TCE/MG, podemos considerar que o custo das publicações junto ao Diário Oficial e em jornal de grande circulação ficará a cargo do Município, cabendo à empresa o fornecimento dos arquivos a serem publicados?

Não. As despesas relativas às publicações ficarão a cargo da CONTRATADA. O Subitem 9.2.1.3 do Termo de Referência assim estabelece: “A CONTRATADA, para a perfeita execução do objeto do contrato, obriga-se à: [...]”



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

9.2.1.4 Publicar no site da contratada, no Diário Oficial do Estado, em Jornal de grande circulação no Estado e no Município, todos os atos e avisos obrigatórios para a realização do certame, e, em outros veículos, as matérias que entender necessárias à maior divulgação dos certames, **sem ônus para o Contratante**”.

Nesse mesmo sentido, a minuta do contrato, subcláusula 12.2.1.4, prevê, dentre as obrigações da CONTRATADA, a de publicar no site da CONTRATADA, no Diário Oficial do Estado, em Jornal de grande circulação no Estado e no Município, todos os atos e avisos obrigatórios para a realização do certame, e, em outros veículos, as matérias que entender necessárias à maior divulgação dos certames, **sem ônus para o CONTRATANTE**.

Não há dúvidas, portanto, de que o custo das publicações é exclusivamente da CONTRATADA.

1.1) Se for a cargo da empresa, além do Diário Oficial, qual jornal de grande circulação no Estado e no Município deverá ser utilizado para tanto?

Além da publicação no Diário Oficial do Estado, poderá ocorrer no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (jornal de grande circulação no Estado) ou em outro jornal com abrangência semelhante. Em relação ao jornal de grande circulação no Município, caberá às empresas interessadas realizarem levantamento das opções disponíveis, não cabendo ao órgão licitante indicar veículo de imprensa sob pena de violação ao princípio da impessoalidade.

Ademais, por força do próprio Edital, trata-se de obrigação da Contratada, que deverá desincumbir-se de tal ônus mediante análise das opções válidas e disponíveis para o adimplemento.

2) Sendo as inscrições via Internet, no site da empresa, é correto o entendimento de que compete ao Município estabelecer convênio com instituição financeira para crédito do valor correspondente à taxa de inscrição, arcando com a tarifa bancária decorrente desta cobrança?

O Subitem 9.2.1.5 do Termo de Referência prevê que compete à CONTRATADA auxiliar o CONTRATANTE na criação de convênio com a entidade bancária que receberá as taxas de inscrição. A subcláusula 12.2.1.5 da Minuta do Contrato possui redação nesse mesmo sentido.

Nos termos da Cláusula Quinta da Minuta do Contrato, o valor das taxas de inscrições será recolhido via boleto bancário, em conta bancária do MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO, a qual será aberta especificamente para recebimento, mediante convênio com instituição financeira.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

Por sua vez, o pagamento da Contratada será realizado em 04 parcelas, da seguinte forma: a) 30% (trinta por cento) após o fim das inscrições; b) 30% (trinta por cento) após a aplicação das provas objetivas; c) 20% (vinte por cento) após a divulgação do resultado; d) 20% (vinte por cento) após entrega do resultado final. (Subcláusulas 5.1 e 5.2).

Desta maneira, o convênio com a instituição financeira será formalizado pelo Município de Monte Carmelo, competindo à CONTRATADA tão-somente auxiliar nesse processo, mediante o fornecimento de informações eventualmente necessárias e verificação das cláusulas do ajuste para assentimento quanto ao atendimento da finalidade pretendida, sobretudo, considerando que a CONTRATADA deve disponibilizar site próprio na internet, onde deverá constar, dentre outros, o formulário de inscrição e o boleto de pagamento da taxa correspondente. Portanto, a participação da CONTRATADA nessa etapa, conforme previsto no edital, é imprescindível e se dará em caráter colaborativo.

A tarifa bancária decorrente da cobrança será debitada da conta aberta especificamente para essa finalidade e o remanescente será repassado à CONTRATADA na forma prevista nas Subcláusulas 5.1 e 5.2 da Minuta do Contrato, atendendo, deste modo, a declaração constante no Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, segundo a qual “Declaramos, igualmente, que em nosso preço estão incluídos **todos os custos diretos e indiretos** para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, **bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital**, enfim, **tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme o Termo de Referência**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.”

Desse modo, cabe tão-somente à CONTRATADA arcar com a tarifa bancária decorrente da cobrança.

3) Tendo em vista o exposto no subitem 3.15, Termo de Referência, Anexo I, do Edital, e subitem 7.2 – Cláusula Sétima -, Minuta do Contrato, Anexo X, do mesmo Edital, esclarecer a quem compete a designação e o pagamento de local para realização da Prova Objetiva.

Nos termos do Subitem 3.15, compete à Contratada a locação e pagamento de estabelecimentos e equipamentos para aplicação de todas as provas, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

acessibilidade para as pessoas com deficiência e em localização, exclusivamente, no Município de Monte Carmelo.

Por sua vez, a subcláusula 7.2 da Minuta do Contrato estabelece que “O CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA, durante a realização do certame, uma sala para atendimento pessoal aos candidatos, colégios municipais para aplicação das provas objetivas, local, maquinários e equipamentos para aplicação das provas práticas que o edital exigir.”

Portanto, o Município disponibilizará tão-somente os colégios municipais para aplicação das provas objetivas. Caso não sejam suficientes, o que está condicionado ao número de inscritos, caberá à empresa CONTRATADA a locação e pagamento de estabelecimentos adicionais que se fizerem necessários para assegurar o cumprimento do objeto do contrato, destacando-se que, nesse caso, os estabelecimentos eventualmente locados deverão ter acessibilidade para as pessoas com deficiência. A localização também deverá ser, exclusivamente, no Município de Monte Carmelo conforme o Subitem 3.15.

Destaca-se que, nos termos da Seção VIII do Edital, que trata da Visita Técnica, “é facultado aos licitantes efetuar visita técnica, a fim de tomarem esclarecimentos necessários à formulação da proposta do objeto; conhecimento das áreas e dos locais em que serão prestados os serviços; esclarecimentos de dúvidas quanto à execução do objeto e das exigências contratuais constantes da minuta de contrato do presente edital em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.”

4) Relativamente à Prova Prática, podemos considerar a aplicação dessa prova apenas a um número pré-definido de candidatos como, por exemplo, a 05 (cinco) vezes o número de vagas oferecidas para cada cargo, dentre os melhores classificados na Prova Objetiva?

De acordo com o Edital, a prova para os cargos de OPERADOR DE MÁQUINAS e OPERADOR DE MOTONIVELADORA destina-se a verificar a real capacidade operacional do candidato, constando de avaliação de sua aptidão, quando colocado em situações típicas do cargo e equivalentes ao seu dia a dia, efetuando serviços inerentes às funções do cargo, tendo por base as reais condições de sua operacionalidade.

Considerando que o prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período (art. 37, III, CF), a prova prática poderá ser para 05 (cinco) vezes o número de vagas oferecidas para cada cargo, dentre os melhores aprovados na prova objetiva. Essa quantidade será devidamente indicada no edital do certame.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

5) Sobre a Prova de Títulos, serão avaliados os títulos apenas dos candidatos aprovados na Prova Escrita?

A avaliação de prova de títulos é para os cargos de PROFESSOR, SUPERVISOR ESCOLAR, SECRETÁRIO (A) ESCOLAR e PROCURADOR MUNICIPAL. Deverão ser avaliados os títulos de todos os candidatos aprovados. A aprovação, evidentemente, levará em consideração o resultado da:

a) Prova Objetiva + Prova de redação para os cargos de PEM-I, PEM-II HISTÓRIA, PEM-II INGLESA, PEM-II GEOGRAFIA, PEM-II MATEMÁTICA, PEM-II LÍNGUA PORTUGUESA e PEM-II CIÊNCIAS;

b) Prova Objetiva + Prova Prático-Profissional para o cargo de Procurador Municipal;

c) Prova objetiva para os cargos de SUPERVISOR ESCOLAR e SECRETÁRIO (A) ESCOLAR.

Portanto, todos os candidatos aprovados nessas provas, de acordo com os critérios a serem definidos no edital específico, deverão ser convocados para apresentação dos títulos de forma a possibilitar a classificação final.

5.1) A avaliação de títulos limita-se à análise e à pontuação de cursos de Pós-Graduação - Lato Sensu e Stricto Sensu?

Sim, limitar-se-á à análise de títulos de especialização, mestrado e doutorado.

6) Quanto à Prova de Aptidão Física para o cargo de Agente de Serviços Gerais:

6.1) Podemos considerar a aplicação dessa prova apenas a um número pré-definido de candidatos como, por exemplo, a 03 (três) vezes o número de vagas oferecidas ao cargo, dentre os melhores classificados na Prova Objetiva?

Considerando que o prazo de validade do concurso público é de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período (art. 37, III, CF), a aplicação da prova de aptidão física poderá ser para 05 (cinco) vezes o número de vagas oferecidas para o cargo, dentre os melhores aprovados na prova objetiva. Essa quantidade será devidamente indicada no edital do certame.

6.2) É correto o entendimento de que o Teste de Aptidão Física consistirá na realização de Teste de Resistência - Cooper - 12 minutos?

Sim.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

7) Em relação às Provas de Redação e de Prático-profissional para os cargos de Professor e Procurador Municipal, respectivamente:

7.1) Em que consistirá a aplicação de Prova Prático-Profissional para o cargo de Procurador Municipal?

A aplicação poderá consistir na elaboração, pelo candidato, de qualquer peça prático-profissional que possua relação com as atribuições do cargo em questão, a exemplo de Contestação, Petição Inicial, Agravo de Instrumento e Apelação Cível, pareceres legais, análise de casos concretos, entre outras pertinentes à atuação do Procurador Municipal.

A finalidade é avaliar as habilidades e conhecimentos práticos necessários para desempenhar as atribuições do cargo com o objetivo de verificar a capacidade do candidato em realizar tarefas práticas relacionadas ao exercício da advocacia municipal.

7.2) É correto o entendimento de que as provas serão aplicadas no mesmo dia e turno da Prova Objetiva, sendo, porém, corrigidas apenas as redações e prático-profissional de candidatos aprovados/classificados na Prova Objetiva?

O Subitem 3.7 do Termo de Referência dispõe que as provas objetivas serão de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas, 01(uma) única resposta, em cada questão e totalizarão 40 (quarenta) questões, com duração de 03 (três) horas para sua conclusão.

Dessa maneira, as provas de redação e prático-profissional poderão ser aplicadas no mesmo dia da prova objetiva, desde que a duração seja compatível, ou poderão ser realizadas em dias diferentes, a critério da CONTRATADA.

Entretanto, todas as provas deverão ser corrigidas, devendo os critérios de pontuação serem estabelecidos em edital específico. A necessidade de correção se justifica pelo fato de que as provas comporão uma mesma nota final. Não se trata de etapas eliminatórias.

7.3) Podemos considerar a correção dessas provas apenas a um número pré-definido de candidatos como, por exemplo, a 05 (cinco) vezes o número de vagas oferecidas para cada cargo, dentre os melhores classificados na Prova Objetiva?

Não. Todas as provas deverão ser corrigidas conforme subitem anterior.

8) No que tange à realização do Curso de Formação para os cargos de Agente de Combate às Endemias e Agente Comunitário de Saúde:

8.1) Podemos considerar que o curso será ministrado apenas a um número pré-definido de candidato como, por exemplo, a 05 (cinco) vezes o número de vagas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

oferecidas para cada cargo, dentre os melhores classificados nas provas eliminatórias anteriores?

O curso de formação para o cargo de AGENTE DE COMBATE às ENDEMIAS E AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, poderá ser ofertado a 05 (cinco) vezes o número de vagas oferecidas para cada cargo, dentre os melhores aprovados na prova objetiva. Essa quantidade será devidamente indicada no edital do certame.

8.2) O Município disponibilizará local, equipamentos adequados e pessoal de apoio para realização do curso?

Nos termos do Subitem 8.2 do Edital, se houver necessidade, a Prefeitura cederá pessoal do seu quadro de servidores para auxiliar e ministrar o curso de formação para os cargos de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS e AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, os quais serão remunerados pela CONTRATADA.

Portanto, o local e os equipamentos adequados são de responsabilidade da CONTRATADA, assim como a remuneração dos responsáveis para ministrarem os cursos.

8.3) Após o curso, a empresa também deverá aplicar a Avaliação de Conhecimentos relativos a ele?

De acordo com a Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, constitui requisito para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias ter concluído, **com aproveitamento**, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas (art. 6º, II, e art. 7º, I).

Portanto, o aproveitamento deverá ser aferido mediante a aplicação de prova ou outro instrumento específico capaz de avaliar de maneira objetiva o resultado satisfatório dos candidatos, com o estabelecimento de pontuação mínima exigida.

8.4) Para tanto, podemos considerar que o Município disponibilizará local e pessoal de apoio?

Não. Conforme o Subitem 7.8 do Edital, o oferecimento de Curso de Formação para o cargo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS e AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE constitui uma das etapas de execução do contrato.

Por sua vez, os subitens 8.1 e 8.2 assim dispõem: “8.1 Para a realização das atividades descritas nos itens anteriores, fica estabelecido que os encargos decorrentes da contratação de recursos humanos, recursos físicos, de infraestrutura, de logística de aplicação e de materiais necessários para a realização do certame



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

correrão por conta da CONTRATADA. 8.2. Se houver necessidade, a Prefeitura cederá pessoal do seu quadro de servidores para auxiliar e ministrar o curso de formação para os cargos de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS e AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, os quais serão remunerados pela CONTRATADA.”

Portanto, o Município não disponibilizará local, podendo tão-somente disponibilizar profissionais de seus quadros para auxiliar e ministrar os cursos, desde que sejam remunerados pela CONTRATADA exclusivamente para essas finalidades.

9) Quanto ao subitem 9.2.1.26, Termo de Referência, Anexo I, do Edital, os serviços médicos/pronto socorro durante a realização das provas poderá se dar por atendimento de Técnico de Enfermagem Socorrista?

Não. O Anexo I – Termo de Referência do Edital dispõe expressamente que compete à CONTRATADA “9.2.1.26 Providenciar pessoal de apoio treinado para a realização das provas, tais como segurança, porteiro, faxineiro, fiscais de sala, fiscais de corredor, médico, enfermeiro, coordenadores de equipe e, caso seja necessário, intérprete de libras, fiscal leitor, fiscal para auxílio transcrição e toda a equipe necessária para a realização dos certames”.

O Edital exige, portanto, médico e enfermeiro.

10) O subitem 9.2.1.19, Termo de Referência, Anexo I, do Edital, assim como o subitem 12.2.1.19, Minuta do Contrato, Anexo X, do mesmo Edital, fazem referência à responsabilidade da contratada pelo registro do Concurso Público, do Processo Seletivo e do Processo Seletivo Simplificado junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais até a sua homologação, inclusive acompanhar diligências, caso ocorram. Considerando que esse procedimento se dá através de cadastro eletrônico diretamente no Sistema FISCAP, cujo acesso é disponibilizado mediante senha somente aos entes públicos do Estado de Minas Gerais, pode-se desconsiderar os subitens mencionados?

Não. Os serviços contratados, conforme Termo de Referência, compreendem “3.19. Suporte técnico-jurídico a todas as demandas do Concurso Público e dos Processos Seletivos perante órgão de controle externo (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Ministério Público, etc.), desde a homologação do Edital bem como as eventuais demandas judiciais”.

Dessa maneira, o subitem 9.2.1.19 e a Minuta do Contrato devem ser interpretadas de maneira conjunta com as demais cláusulas do instrumento convocatório, de tal forma que, ainda que o acesso ao FISCAP seja disponibilizado mediante senha somente aos entes públicos, a CONTRATADA deverá acompanhar



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Departamento de Licitações

todo o processo e adotar todas as medidas necessárias ao competente registro do Concurso Público, do Processo Seletivo Público e do Processo Seletivo Simplificado junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais até a sua homologação, inclusive acompanhar as diligências, caso ocorram.

Isso inclui orientações sobre os requisitos e procedimentos necessários para o registro, bem como suporte na resolução de eventuais questões legais ou técnicas que possam surgir durante o processo de registro junto ao Tribunal de Contas, ou seja, os documentos serão enviados pelo CONTRATANTE com o auxílio da empresa CONTRATADA.

11) O subitem 26.6 – Atestado de Capacidade Técnica -, do Edital, determina apresentação de atestado(s) constando especificamente a aplicação de avaliação psicológica, considerado um item da parcela de maior relevância dos serviços a serem executados pelo licitante. Haja vista que esta etapa não consta do subitem 5.2 – Das Provas -, Termo de Referência, Anexo I, do Edital em epígrafe, favor esclarecer a respeito.

A previsão de aplicação de avaliação psicológica no atestado deve ser desconsiderada, uma vez que essa etapa não será realizada no concurso.

Não obstante, considerando que a alteração poderá interferir no conteúdo das propostas, o Edital será republicado nos termos do art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Para tanto, será atribuída a seguinte redação ao subitem 26.6: “Do(s) atestado(s) deverão constar, afora a adequada capacitação da empresa como apta a executar os serviços, informações sobre a composição da banca examinadora, contendo, no mínimo 2 (dois) mestres e 2 (dois) doutores, os níveis de escolaridade dos cargos, aplicação de provas objetivas, práticas e prova de títulos, considerando a parcela de maior relevância dos serviços a serem executados pelo licitante, bem como os telefones ou e-mail do órgão expedidor para conferência da veracidade”.

Monte Carmelo, 28 de junho de 2023.

MARCO TÚLIO SALGADO GAMA
Presidente Suplente da CPL

